

Extensão universitária, direitos humanos e políticas públicas para mulheres no município de Rio Claro – SP ¹

Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro
UNESP/IGCE -campus de Rio Claro - SP

Resumo: A extensão universitária tem caráter educativo, cultural e científico, possibilitando ações transformadoras a partir da relação universidade-sociedade, produzindo e socializando conhecimentos. A reflexão antropológica presente na temática da cultura e política reforça sobremaneira a interação entre saberes acadêmicos e saberes populares, permitindo práticas no contexto da multidisciplinaridade. A pluralidade dos grupos humanos e a diversidade cultural se opuseram à homogeneização da vida social, abrindo caminho à expressão do particular, do diferente, do outro. As singularidades emergiram como reivindicações dentro do cenário da modernidade passando a exigir uma articulação entre produção do conhecimento e a prática social. O recorte da discussão apresentada aqui foi resultado da experiência obtida no Projeto de Extensão - *Direitos humanos, relação de gênero e redes sociais: políticas públicas para mulheres no município de Rio Claro - SP*, com alunos do curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, IGCE - Campus de Rio Claro. Este foi desenvolvido em parceria com Assessoria Municipal de Referência e Atendimento à Mulher, o CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e o CRAM (Centro de Referência de Atendimento às Mulheres). Esse trabalho teve como objetivo principal tratar a questão da mulher no âmbito das políticas públicas, buscando compreender a condição feminina e seu cotidiano, levando em conta a violência de gênero, a saúde e a participação política das mesmas na esfera pública do município. Tendo em vista a II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres em 2015, as atividades de extensão envolveram também: o acompanhamento das Pré-Conferências nos territórios (11 bairros da cidade); tabulação das demandas apresentadas pelos grupos de mulheres; elaboração do regimento e organização do evento. Foram eleitas oito delegadas para representação na conferência estadual. A prática extensionista possibilitou aos alunos desenvolverem competências no âmbito de sua área de estudo, bem como promoveu o conhecimento da realidade local através do debate sobre cultura, gênero e relações raciais, reconhecendo o protagonismo das mulheres negras no município. O projeto de extensão em conjunto com as atividades da agenda das políticas públicas para as mulheres, trouxe ganhos para os alunos envolvidos, seja no diálogo de saberes e experiências com a população alvo, como também ampliou as escolhas no campo da pesquisa acadêmica.

Palavras-chave: extensão universitária; relações de gênero; políticas públicas.

Introdução

O projeto procurou aproximar os alunos da universidade entre si e com a comunidade externa através de debates e discussões que se integram no campo das disciplinas acadêmicas, estimulando o desenvolvimento da pesquisa. O projeto além de apresentar caráter educativo, cultural e científico, buscou desenvolver ações entre

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

universidade e sociedade, produzindo e socializando conhecimentos. A abordagem do tema sobre direitos humanos e relações de gênero exigiu o aprofundamento no contexto da multidisciplinaridade e na relação entre teoria e prática.

A compartimentação do saber apresentada pelos currículos acadêmicos traz a capacidade de uma formação especializada, aprofundada em campos específicos do conhecimento, e na maioria das vezes afasta a possibilidade do diálogo entre as disciplinas, o que passa a ser transmitido saber unidimensional amparado por campos epistemológicos fechados (Morin, 2006).

Entende-se a prática docente na graduação como aquela que não foca apenas à transmissão de conhecimentos, mas a qual cria as condições para sua produção ou construção (Freire, 2006), entendendo a extensão universitária como “prática transformadora”. A prática extensionista descrita nesse trabalho, possibilitou aos alunos desenvolverem competências no âmbito de sua área de estudo, bem como promoveu o conhecimento da realidade local através do debate sobre cultura, gênero e relações raciais, reconhecendo o protagonismo das mulheres, em especial o papel das mulheres negras no município de Rio Claro, SP.

O recorte da discussão apresentada aqui foi resultado da experiência obtida no Projeto de Extensão - *Direitos humanos, relação de gênero e redes sociais: políticas públicas para mulheres no município de Rio Claro - SP*, no ano de 2015, com alunos do curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, IGCE - Campus de Rio Claro. O projeto contou com a parceria da Assessoria Municipal de Referência e Atendimento à Mulher, atuante junto ao CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e ao CRAM (Centro de Referência de Atendimento às Mulheres). As atividades de extensão foram desenvolvidas dentro da agenda para a preparação da II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres realizada em 26/09/2015. Essas atividades envolveram também: o acompanhamento das Pré-Conferências nos territórios (12 bairros da cidade); tabulação das demandas apresentadas pelos grupos de mulheres; acompanhamento da elaboração do regimento e do Relatório Final da II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres em conjunto com a Assessoria de Referência e Atendimento à Mulher.

Um outro ponto a ser destacado foi a contribuição da extensão universitária para vida acadêmica do aluno. A participação no projeto de extensão aproximou os alunos da pesquisa sobre a história e cultura local, buscando bibliografia e dados quanto à formação econômico-social do município. Duas alunas que acompanharam todos os passos da

pesquisa, colheram depoimentos das mulheres junto ao Conselho da Comunidade Negra de Rio Claro (CONERC) e a Assessoria da Igualdade Racial, que promoviam ações pelos direitos das mulheres. Durante o período 2009 a 2016, a prefeitura de Rio Claro teve dois mandatos de Palmínio Altimari Filho (PMDB) e vice-prefeita Olga Salomão (PT), durante o qual fortaleceram ações sociais no âmbito dos direitos humanos, direitos das mulheres, da saúde e da juventude, através da Diretoria de Políticas Especiais. As mulheres negras tinham grande representatividade na organização dessas ações e passaram a ocupar funções administrativas nesses órgãos e entidades.

O reconhecimento da participação feminina no processo de construção dos direitos sociais, pela igualdade racial e contra a violência de gênero, passou a fazer parte do interesse acadêmico dos alunos como problema de pesquisa. Tanto as atividades de campo, as entrevistas, como a pesquisa documental realizadas durante o projeto, motivaram as alunas a desenvolverem seus projetos de investigação científica - Iniciação Científica (Maria Alice de Freitas Melo- *Uma análise dos espaços de alívio e de opressão para a mulher em Rio Claro-SP*, UNESP/IGCE/ DEPLAN – PIBIC 2017) e Trabalho de Conclusão de Curso (Beatriz Magalhães dos Santos – *Patrimônio cultural e território: espaços da cultura negra em Rio Claro - SP*, UNESP/IGCE/DG – Monografia 2018).

Direitos humanos e políticas públicas para mulheres

O Centro de Referência e Atendimento à Mulher é um local de atendimento e acolhimento promovendo orientações, palestras educativas e de capacitação. Os CRAMs visam assegurar os direitos das mulheres principalmente cumprindo metas previstas do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015). Muitas delas em situação de violência ou preconceito, busca acolhimento nos CRAMs. Além das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), esses novos espaços de atendimento promovem ações de combate á vulnerabilidade de modo amplo, atingindo a esfera do aconselhamento, formação, desenvolvimento de projetos alternativos que visam a valorização da condição feminina.

O movimento feminista ao longo de décadas tem combatido a cultura homogeneizante que naturaliza o fenômeno do gênero, que hierarquiza a ordem social do masculino tanto na esfera doméstica, quanto do trabalho, amparada por uma legislação ineficaz quanto á promoção da equidade de direitos (Gregori, 2016).

Segundo o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a proposição de políticas específicas busca envolver as esferas governamentais e sociedade civil na defesa dos direitos básicos de proteção à mulher, criando instâncias e ações para o desenvolvimento de planos nas esferas municipais, estaduais e federal.

Nas últimas décadas, o movimento das mulheres brasileiras ganhou novas características e se firmou como sujeito político ativo no processo brasileiro de democratização e de participação política, cuja extensão inseriu a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça. (PNPM, 2013:12)

Promover a igualdade de gênero e de direitos sociais requer também fortalecer o enfrentamento das mulheres às diversas formas de violência, cujo autoritarismo na sociedade tem impedido tanto o acesso aos seus direitos básicos, quanto a sua autonomia e equidade no desenvolvimento econômico, como ressalta Eva Blay(2003):

Políticas públicas transversais visando ao mesmo objetivo – a equidade entre homens e mulheres – constitui um caminho para alterar a violência em geral e de gênero em particular. A Secretaria dos Direitos da Mulher pode desempenhar este papel articulador, associando-se aos Conselhos ou Secretarias da Mulher em todos os Estados. (BLAY, 2003:97)

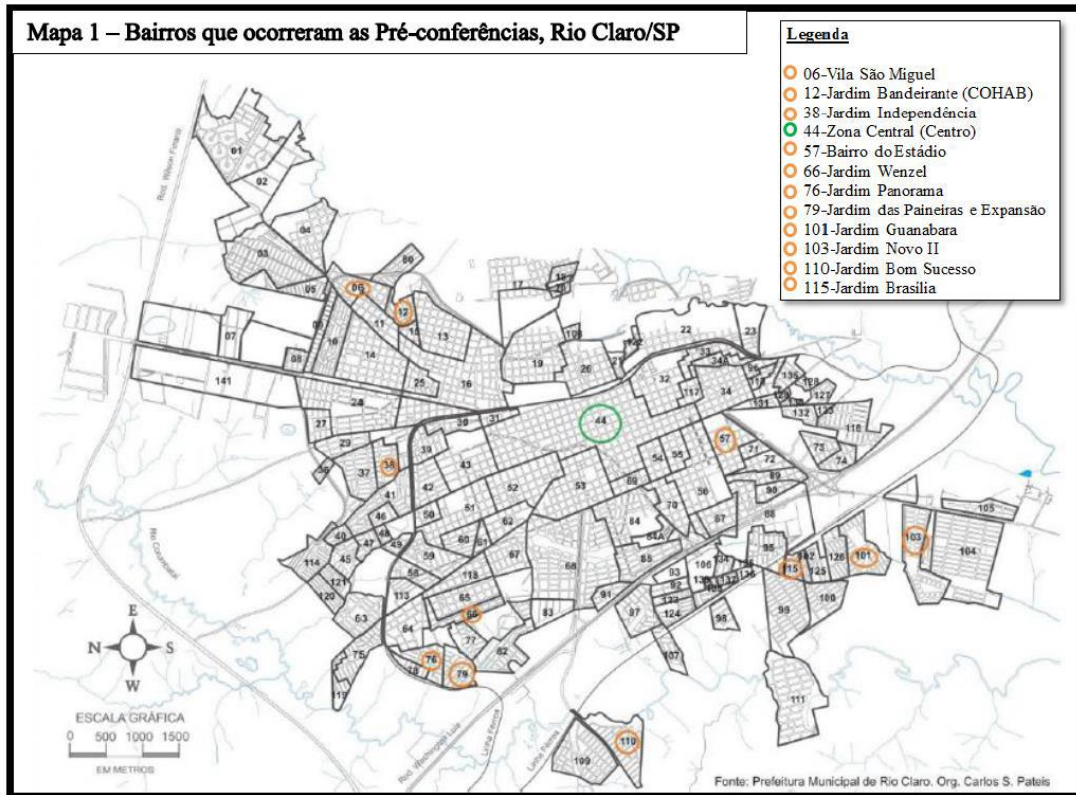
A implementação de políticas públicas para as mulheres no município de Rio Claro seguiu os princípios que regem o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (2013-2015), que buscou a difusão e debate sobre a participação política das mesmas nas instâncias de poder e decisão na sociedade local. Desde 2009, tanto esfera do poder público municipal, com cargos administrativo ou legislativo, e com a criação de instâncias de representação da sociedade civil, houve em Rio Claro uma organização das mulheres em torno da participação política e busca de direitos. Depoimentos disponíveis no acervo on line do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, Portal Memória Viva (<https://vimeo.com/121694020> - Semana da Mulher – 2015)

As etapas do trabalho

Durante o ano de 2015, as atividades tiveram início em Março contando com a apresentação do projeto aos parceiros da pesquisa, discutindo a organização das etapas com a assessora de Referência e Atendimento a Mulher, Isabel Rezende. Até o mês de Maio foi feita a identificação dos territórios (bairros) para realizar as Pré-Conferências (**Mapa1**).

Nos meses de Junho e Julho concentrou-se o trabalho na participação nas reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) de Rio Claro e nas reuniões com a Assessoria da Mulher para o planejamento das Pré-Conferências e da Conferência Municipal.

Mapa 1- Territórios das Pré-conferências.



Adaptado por Beatriz Magalhães dos Santos, 2015

Em Agosto, ocorreram reuniões para a leitura e discussão sobre o Regimento e Regulamento da Conferência e leitura do texto base em conjunto com a Assessoria da Mulher; no final do mês, tiveram início as Pré-Conferências. Durante o mês de Setembro, realizou-se um levantamento e organização das atas das Pré-Conferências; nos meses de Outubro e Novembro foi realizada uma reunião com os estudantes envolvidos no projeto e coordenadora da II Conferência. A partir da análise dos dados obtidos; em Dezembro, foi elaborado o relatório final da II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres em conjunto com a Assessoria da Mulher.

Foram também incluídos nos territórios das Pré-conferências, outros espaços comunitários como a igreja evangélica, comunidades de terreiro, grupo de doulas, mulheres de escola de samba, associação de bairro, buscando a transversalidade na

construção dessa política pública (**Imagem 1 e 2**). Passaram pelas Pré-Conferências aproximadamente 460 pessoas.

Imagens 1 e 2 – As Pré conferências nos territórios



(Cartaz: acervo da Assessoria de Referência e Atendimento à Mulher)

(Foto: Magalhães, 2015)

Aproximadamente 70% dos 12 bairros onde ocorreram as Pré-Conferências, estão localizados na zona periférica do perímetro urbano de Rio Claro, onde foi relatado nos depoimentos, a maior ocorrência de violência de gênero. A partir do ano 2000 esse debate ganhou força com a implementação da Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha, um instrumento legal que obriga o poder público tomar medidas preventivas no apoio e assistência às mulheres vítimas de violência. Nas Pré-Conferências as mulheres falavam a respeito do controle dos maridos ou pais que as impediam de entrar no mercado de trabalho ou voltarem a estudar. Quanto às agressões físicas, elas relatavam se sentirem inseguras em denunciar o cônjuge ou outros familiares devido ao fato dessas mulheres terem filhos e sentiam medo de represálias.

Em Rio Claro, até o início de 2017, a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) funcionava em salas de outros distritos policiais. O que não oferecia um atendimento específico para as mulheres que procuravam um espaço de acolhimento e, principalmente, de assistência. Esses e outros depoimentos foram considerados com a finalidade de auxiliar a construção dos eixos temáticos da II Conferência.

A organização da II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres

A II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, foi realizada no Auditório do Núcleo Administrativo Municipal (Rua 06, 3265, Alto do Santana) das 12:00 as 17:00

horas e teve a participação de aproximadamente 150 pessoas, que escolheram oito delegadas para representarem Rio Claro na etapa estadual, em novembro de 2015. A Comissão Organizadora da II CPMPPM foi composta por representantes do poder público e sociedade civil. A conferência estabeleceu diretrizes e indicou caminhos para atingir os desejos e as necessidades expressas pela população, em especial, as mulheres. (SANTOS & CASTRO, 2018)

Os participantes se reuniram em quatro grupos (**Imagem 3**) para discutirem os eixos temáticos centrais da Conferência. O Grupo I avaliou a contribuição dos conselhos de direitos da mulher e dos movimentos feministas na efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres, em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios; o Grupo II avaliou as estruturas institucionais e políticas desenvolvidas para as mulheres nos âmbitos municipal, estadual e federal; o Grupo III discutiu recomendações para reforma política com inclusão das mulheres; e o Grupo IV avaliou o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações. (SANTOS & CASTRO, 2018)

Imagem 3- Grupo de trabalho na II CMPPM - 2015



Foto: Magalhães, 2015

Como parte da programação da conferência, a palestra magna ficou por conta da representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a Senhora Silvana Veríssimo que foi indicada pela Ministra Eleonora Menicucci. A Conselheira Silvana Veríssimo fez uma palestra sobre a participação ativa das mulheres e empoderamento. Palestra que enriqueceu o debate, pois veio no sentido de capacitar todas/os participantes da plenária, já que o tema central da sua fala foi sobre a construção da democracia e da cidadania com a justa participação das mulheres. (SANTOS & CASTRO, 2018)

Segundo a Assessora Municipal de Referência e Atendimento à Mulher, Izabel Cristina Rezende, “o que causou impacto nessa II Conferência foi o fato de que as mulheres conhecem seus direitos e estão buscando autonomia mas, quando chega na questão da participação política elas não ocupam os espaço de poder a partir da estrutura de representação criada, o que mostra necessário uma reforma política. “(Depoimento colhido por Beatriz M. Santos e Maria Alice F. Melo - 2015).

Quanto à realização do projeto de extensão universitária, pode-se afirmar que o impacto externo à Universidade, se caracterizou como: maior interação com Assessoria do Centro de Referência de Atendimento à Mulher/Secretaria Municipal de Ação Social; foi relevante quanto ao aspecto cultural e de valorização da condição feminina na comunidade; contribuiu para maior visibilidade da universidade; possibilitou a difusão de conhecimentos produzidos pela universidade; promoveu a integração universidade/comunidade; integrou graduandos em ações de inclusão social quanto à participação no projeto políticas públicas e direitos da mulher;

Referências

BLAY, Eva – Violência contra a mulher e políticas públicas – Estudos Avançados, 17(49) – São Paulo, IEA/USP. 2003.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114p

FREIRE, Paulo - Pedagogía de la autonomía: saberes necesarios para la práctica educativa. Siglo XXI Editores, Mexico (DF) - 11ª. ed, 2006.

GREGORI, Juciane de - Reflexões sobre gênero e direitos humanos a partir do Plano Nacional de Políticas Para as Mulheres. (RIDH) Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, Bauru, v. 4, n. 2, p. 111-126, jul./dez., 2016 (7)

SANTOS, Beatriz Magalhães & CASTRO, Bernadete A. C - Direitos humanos e relação de gênero: Políticas públicas para mulheres no município de Rio Claro-SP. Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR | Vol.6 – n.2, 2018.

MORIN, Edgar - Introdução ao pensamento complexo/ Edgar Morin; tradução do francês Eliane Lisboa. — Porto Alegre: Sulina, 2006.